

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E PANDEMIA: REFLEXÕES
SOBRE A SAÚDE MENTAL A PARTIR DE DEPOIMENTOS DE DOCENTES**

***PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES AND PANDEMY: REFLECTIONS ON
MENTAL HEALTH BASED ON TEACHERS INTERVIEWS***

***POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS Y PANDEMIA: REFLEXIONES
SOBRE LA SALUD MENTAL A PARTIR DE TESTIMONIOS DE DOCENTES***

Maria Clara Dantas Vieira
mariaclaradantasvieira@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba

Leonardo Farias de Arruda
nado.lfa@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba

Cristina MiyukiHashizume
cristina.mhashizume@servidor.uepb.edu.br
Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano (USP)
Professora da Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

No cenário da pandemia, as Políticas Públicas devem subsidiar ações docentes para garantir o trabalho digno a docentes, segundo a legislação brasileira. O objetivo do estudo é elencar políticas públicas que normatizam o trabalho docente e o acesso universal à educação, descrever o trabalho e os desafios da docência em tempos de pandemia e realizar uma análise preliminar de entrevistas a partir da teoria do Desgaste Mental no Trabalho. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho descritivo e exploratório, realizado através de roteiro semiestruturado. Participaram da entrevista cinco educadores de redes públicas de ensino do nordeste. A análise do *corpus* empírico usou a Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Os resultados revelaram que há contrastes na implementação de políticas públicas em cada região abordada, além da sensação de desconforto dos docentes em relação a suas condições de trabalho, devido ao desgaste mental na condição de precariedade laboral. São citados carga excessiva de trabalho, sentimento de medo e insegurança e as novas práticas educacionais associadas às TIC's e os novos desafios frente ao trabalho. Nesse sentido, as políticas públicas efetivas têm atuado de forma insuficiente em relação à saúde e condições de trabalho docente no início da pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Educacionais. Pandemia. Saúde Mental. Docentes.

ABSTRACT

In the pandemic scenario, the public policies must subsidize teacher's actions to ensure worthy conditions of teacher's work according to the Brazilian legislation. The purpose of this study is to list public policies that standardize teacher's work and the universalization of access to education. To describe challenges and teacher's work in pandemic times and realize preliminary analysis using the Work's Mental Wear Theory. It is a qualitative study of a descriptive and exploratory nature accomplished through a semi-structured script. Five teachers from northeast's public educational network were interviewed. The Content Analysis by Bardin was used as a tool of interviews' analysis. The results showed that there are contrasts on the implementation of public policies in each searched region, beyond the teacher's discomfort regarding their work conditions because of the mental wear in the precariousness of work conditions. There are cited excess of work's charge, fear and insecurity, beyond the new educational practices linked to TIC's (Informational and Communication Technologies) and the new challenges in work practices. In this sense, effective public policies have been insufficient in relation to health and teacher's work conditions at the beginning of the pandemic.

KEY WORDS: Public Educational Policies. Pandemic. Mental Health. Teachers.

RESUMEN

En el escenario de la pandemia, las políticas públicas deben subsidiar acciones docentes para garantizar el trabajo digno a los docentes, según la legislación brasileña el objetivo del estudio es incluir políticas públicas que normalicen el trabajo del docente, el acceso universal a la educación, describir el trabajo y los desafíos de la docencia en tiempos de pandemia y realizar un análisis preliminar a partir de la teoría del desgaste mental en el trabajo. Se trata de un estudio cualitativo de un tipo descriptivo y exploratorio, realizado a través de un guion semiestructurado. Participan de la entrevista cinco educadores de la enseñanza en las instituciones públicas del nordeste. El análisis del cuerpo empírico utilizó el análisis del contenido propuesto por Bardin. Los resultados revelan que existen contrastes en la implementación de políticas públicas en cada región abordada, más allá de la sensación de disconformidad de los docentes en relación con sus condiciones de trabajo, debido al desgaste

mental en las condiciones de precariedad laboral. Son citadas cargas excesivas de trabajo, sentimiento de miedo e inseguridad y las nuevas prácticas educacionales asociadas a las TIC'S y los nuevos desafíos frente al trabajo. En ese sentido, las políticas públicas efectivas han actuado de forma insuficiente en relación a la salud y las condiciones de trabajo del docente en el inicio de la pandemia.

PALABRAS CLAVES: Políticas Públicas Educativas. Pandemia. Salud Mental. Docentes

INTRODUÇÃO

O cenário de crise sanitária mundial tem instado importantes autores a refletir sobre seus impactos nas políticas públicas educacionais e o papel delas no amparo às condições de trabalho, não apenas no que se refere às questões materiais, mas também, e principalmente em relação a problemas de ordem psicológica (sofrimento e transtornos emocionais)

No que se refere às políticas públicas educacionais, observa-se que estas tiveram importante avanço ao longo das décadas, com ganhos importantes: seja na garantia de um plano de carreira (DANIELE; HASHIZUME, 2020), seja em garantias na formação de professores e no que se refere ao oferecimento universal e inclusivo da educação para todos. Para tanto, basta rememorarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), LDB (BRASIL, 2015), Nota Técnica de 2004, o PNEE (BRASIL, 2020), que explicitam as responsabilidades de um Estado na garantia do funcionamento estável social em tempos "normais".

O presente artigo tem por objetivos: i) elencar políticas públicas que normatizam o trabalho docente e o acesso universal à educação (regular e inclusiva); ii) descrever o exercício e os desafios da docência na pandemia a partir de depoimentos de professores; iii) analisar preliminarmente sob a luz da teoria do Desgaste Mental o trabalho docente na pandemia e os desafios.

Faz-se importante destacar que este artigo trata do período inicial da pandemia, quando muitos intelectuais, estudiosos de diferentes áreas

publicaram obras relevantes em relação ao cenário traçado e como a crise sanitária se alastrou pelos mais variados espaços. Para o presente artigo, focaremos os impactos em relação à saúde mental e como as políticas públicas de cuidado têm funcionado a partir de parâmetros de crise, em que pese o fato de, no Brasil, não estarem sendo capazes de dar tratamento igualitário a pobres e ricos, normais e anormais, grupos vulneráveis e outras minorias, escancarando e exacerbando desigualdades em diferentes âmbitos.

POLÍTICAS PÚBLICAS, CRISE SANITÁRIA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

As políticas públicas educacionais vêm se desenvolvendo ao longo das décadas como importantes aliadas do trabalho e formação de professores, regulamentando a prática profissional docente. Contudo, influências sofridas ainda na década de 1970, pelo forte aparelhamento neoliberal em países latino-americanos, acabou por consolidar a atuação de instituições financeiras como o Banco Mundial em políticas de Estado (MOREIRA, 2012).

Tais influências retiraram do Estado o papel fundamental de produtor e garantidor de políticas públicas, associando estas ações às instituições privadas e ao terceiro setor, como afirma Moreira (2012). Esses reflexos podem ser notados na própria Constituição em seu artigo 205, em que se afirma o processo educativo como sendo um dever da família e do Estado, delegando a esta o protagonismo do papel de garantia de direitos inicialmente pertencente ao Estado (SAVIANI, 1998).

A partir do recorte histórico das políticas públicas, vê-se que a precarização do trabalho docente se desenvolveu gradualmente, desde a democratização da escola, com o movimento da Escola Nova, devido a uma diversidade de fatores, o que desembocou na flexibilização da mão de obra desta classe historicamente desvalorizada (DANIELE; HASHIZUME, 2020). A

evidente tendência progressista apresentada nas reformas e políticas educacionais passaram a ver nas práticas educativas potencial gerador de capital humano, como apontado por Daniele e Hashizume (2020) e confirmadas por Enset al. (2013) ao trazer como consequência desse aparelhamento neoliberal a desvalorização dos profissionais que nela atuam, buscando atender a demandas econômicas e ideológicas do mercado.

Tal desqualificação tem repercutido diretamente no plano de carreira do educador, ao serem observadas perdas salariais recorrentes devido à falta de investimentos do Estado brasileiro, apesar da criação do FUNDEB como aliada à redução de desigualdades de recursos. Ainda, as perdas salariais somam-se às angústias geradas pela flexibilização do trabalho, contribuindo para o aparecimento de adoecimento psíquico e mal-estar docente, gerando ainda mais vulnerabilidade profissional (DANIELE; HASHIZUME, 2020).

Diante da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), a cobrança à produtividade pelo gerenciamento educacional nas redes públicas de ensino ficou ainda mais evidente em detrimento de um olhar preocupado com os direitos laborais (LIMA, 2020). Ainda segundo o autor, a educação a distância se estabelece como uma forma de concentração do capital através das elevadas taxas de lucro obtidas por meio da precarização do trabalho docente com maior carga horária estendida, sob exigência de mais produtividade e uma maior restrição de direitos, retratando as intenções de desmonte educacional como projeto de governo (LIMA, 2020).

Para Brasil e Capella (2020), a pandemia, no Brasil, revelou um jogo de poderes que tentou descaracterizar os problemas decorrentes da COVID-19, dificultando uma mudança efetiva na agenda política, corroborando a defasagem nesse setor. Os autores destacam que a utilização de meios tecnológicos foi indevida, ao desconsiderar estruturas necessárias para a qualidade de ensino, já que, sem um aparato adequado, não há formulação nem acesso aos conteúdos, sem disponibilidade de equipamentos de maior capacidade, evidenciando vulnerabilidades no sistema educacional.

Como sublinham Seligmann-Silva e colaboradores (2010), as tecnologias causaram uma rápida transformação no mundo do trabalho, o que acirrou a intensificação e precarização do mesmo. As autoras destacam que a ausência de Políticas Públicas pode contribuir para o adoecimento físico e mental, que “desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhes frequentemente a anulação de sua subjetividade para que a produção não seja prejudicada e as metas estabelecidas sejam cumpridas” (SELIGMANN-SILVA et al. 2010, p. 187).

No cenário educacional em meio a pandemia, a flexibilização do trabalho docente, de modo a manter um ritmo de aulas sem prejudicar o ano letivo, foi proposta como uma das principais ferramentas adotadas. A flexibilização se apresenta como um método vinculado ao processo de precarização. Diante disso, essa desestabilização se apresenta de forma multidimensional, através da terceirização e da desregulamentação social, repercutindo na vida do trabalhador, fora e dentro do trabalho. Esses processos se apresentam como relações de poder, e contribuem para a insegurança, incertezas, sujeição a determinadas práticas, competitividade exacerbada, perda de direitos trabalhistas, entre outros (SELIGMANN-SILVA, 2015; FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010).

A intensificação do trabalho docente se manifesta através do aumento exponencial do expediente, frequentemente superiores a 10, 12 ou mais horas por dia, nem sempre com folga semanal; salários baixos e tendência a redução, sem explicação plausível por parte das corporações, além de demissões sem justificativa. Se assim continuar, em breve, teremos um mercado não formalização, “justificada” pela necessidade de “recuperação” da economia pós-Covid-19 (ANTUNES, 2020).

O novo coronavírus tem sido caracterizado como uma crise humanitária que escancara patologias sociais (GARCIA, 2020), visto que a doença e suas formas de contenção geram efeitos socioeconômicos graves e persistentes. Estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas demonstrou que docentes têm

posicionamentos voltados a três perspectivas: esperança, associada a expectativas de reconhecimento, sobretudo por parte das famílias; outra, mais pessimista, fundada no descrédito na mudança; e, por fim, uma que evidencia a insegurança atual, refletindo a (des)valorização do trabalho docente. Tal estudo reforça a importância de se incluir a escuta e o diálogo sobre os limites, as necessidades, as inquietações e os desafios vivenciados neste momento de instabilidade (FCC, 2020).

A pandemia do novo coronavírus, como evento de grande impacto mundial, descortinou desafios em vários setores. No que tange à prática docente, por exemplo, a substituição de aulas presenciais por atividades remotas, o que demanda o uso de tecnologias digitais (TIC's), num engendramento de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos mais amplos (BRASIL & CAPELLA, 2020). Para esses autores, a maior se sente despreparada para a modalidade de ensino remoto e grande parte ministraram a primeira aula virtual durante o período inicial da pandemia. No tocante a esses dados, há dois desafios centrais, um que se refere à preparação do professor para o contato virtual com o aluno e o outro que diz respeito ao alcance do educando no ambiente *on-line*.

Outro desafio refere-se às desigualdades educacionais. Neste ponto, antes de falar da heterogeneidade das ações no período da pandemia, é necessário compreender que já estávamos em um sistema de ensino com muitas defasagens, seja na rede pública ou privada. A efetividade do ensino remoto depende das condições sociais do aluno: espaço físico para os estudos, necessidade de colaborar com tarefas domésticas, a escolarização dos pais e a capacidade de acompanhar bem como auxiliar nas atividades escolares. Além disso, há recursos e insumos demandados para as aulas virtuais, como computador e internet que, como forma de capital cultural objetivado, têm implicações sobre o desempenho escolar, uma vez que estão distribuídos de forma seletiva e desigual (OLIVEIRA, 2020).

Ademais, a pandemia evidenciou, ainda mais, as desigualdades que existem na sociedade contemporânea. Soma-se a isso as desigualdades de gênero (MATTEWMAN; HUPPATZ, 2020), levando-se em conta que mulheres são responsáveis por mais de 75% do trabalho não remunerado (OIT, 2018). Tal fator será retomado mais adiante neste artigo, e ratifica dados do INEP de 2017 aderentes aos sujeitos da nossa pesquisa, que indica que 81% dos professores típicos brasileiros são mulheres.

A criação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 traz diretrizes, estratégias e metas para a política educacional, sendo algumas voltadas à valorização do profissional docente (DANIELE & HASHIZUME, 2020). Porém, nota-se não serem suficientes para a construção de uma autoimagem positiva e fortalecida (ARROYO, 2000 *apud* DANIELE & HASHIZUME, 2020). Soma-se a isso que em seu artigo 65, traz a possibilidade construção educacional através da modalidade remota, o que, quando nos referimos à formação continuada, refere-se ao desenvolvimento coletivo de docentes e gestão da educação (BENINI et al., 2015).

CENÁRIO DOCENTE NA PANDEMIA E O DESGASTE MENTAL

A modalidade Ensino à Distância (EaD), inspiradora do atual ensino remoto, é amplamente disseminada como instrumento democrático, apesar de autores representarem uma forma de industrialização dos meios educativos, já que visa o barateamento dos processos de ensino e aprendizagem (BENINI *et al.*, 2015).

Aqui se faz devidamente necessária a distinção entre EaD e Ensino Remoto. Rondini et al (2020) distinguem ambas as práticas a partir da formação docente recebida e do período em que há oferta de tais modalidades, sendo a EaD contínua e o Ensino Remoto uma prática que remete à assistência educacional de forma temporária.

Oliveira (2020) traz que a exclusão digital pode ser acirrador de desigualdades sociais, na medida que nem toda a sociedade é informatizada. Silva (2019) afirma que seu uso, ao mesmo tempo em que interconecta pessoas em diferentes lugares, também pode expropriar o trabalho docente, assim como o controle da formação de alunos, corroborando as perspectivas neoliberais de educação.

Por outra parte, os processos formativos no período da pandemia se apresentam de forma aligeirada, desconsiderando a falta de formação específica para atuar com os meios digitais, que somada à parca inclusão digital da população brasileira, principalmente dentro do universo investigado, acentua o sofrimento docente exponencialmente, seja através da intensificação da atividade, seja na preocupação quanto à garantia do direito ao acesso à educação e sua qualidade (MOREIRA, 2012).

Em publicação do IBGE, 30,9% da população nordestina não tem acesso à internet sob justificativas variadas como serviço caro ou não disponível; falta de equipamentos e dificuldade de adquiri-los ou ainda a falta de conhecimento no manejo das tecnologias (IBGE, 2018). Não só a educação é um direito fundamental humano, como também a inclusão digital se configura como tal desde a 17.^a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2016, delegando aos governos a função de garantir o acesso horizontal às tecnologias de modo a evitar os processos de exclusão tecnológica (OLIVEIRA, 2020). A falta de infraestrutura, porém, dificulta o trabalho docente, já que os recursos repassados continuam insuficientes (MOREIRA; SILVA, 2011).

O cenário docente associado ao processo de precarização vincula-se diretamente ao desgaste mental, que Seligmann-Silva compreende como:

... um conjunto de perdas determinado por uma correlação desigual de poderes/forças, nas quais o assalariado está em desvantagens ao receber a imposição de um trabalho desgastante. (SELIGMANN-SILVA, 2015, p.91).

Seligmann-Silva(2011), a partir da teoria do desgaste mental, articula o adoecimento a uma falta de amparo institucional e relacionado diretamente às contradições de uma sociedade dividida em classes. O cenário docente associado ao processo de precarização vincula-se diretamente ao cansaço mental. Para a autora, o desgaste integra as relações de poder exercidas na relação trabalho-trabalhador, em que o trabalhador é prejudicado, e conseqüente associado a um quadro de adoecimento. Ainda, o desgaste se apropria do corpo, das capacidades físicas e mentais, fazendo com que o processo de trabalho os consuma. Nesse sentido, as desvantagens decorrentes desse processo se intensificam diante da precarização de condições de vida e trabalho e da perda dos direitos trabalhistas.

No conceito de desgaste mental, é essencial compreender a integração entre o desgaste concreto (no plano orgânico), causados por substâncias neurotóxicas, e aos desgastes psíquicos, acentuados por cenários precarizados, geradores de ansiedade, que pode ser associado aos sintomas físicos, surgindo o adoecimento psicossomático. Atribui-se ainda ao desgaste mental, a sujeição ou danos na subjetividade e da identidade do trabalhador, ocorrida em ambientes cuja relação de poder é abusiva, como a intensificação de exigências e metas inalcançáveis (SELIGMANN-SILVA, 2011; SELIGMANN-SILVA, 2015).

A autora relaciona o desgaste mental em três níveis. O primeiro está associado ao desgaste literal, ou seja, aqueles que se apresentam de forma biológica, decorrente de fatores externos. O segundo nível se apresenta como “mal-estar”, fadiga mental e/ou física, ocasionando alterações psicológicas e fisiológicas, temporal ou permanentes. O terceiro, por fim, representa o desgaste que afeta a subjetividade e a identidade, em um processo de desacreditar os valores e o caráter do trabalhador.

Há que se considerar também, que nesse momento pandêmico, houve um recrudescimento de formulações de Políticas Públicas com viés neoliberal, que paulatinamente promove a precarização trabalhista sob o pretexto de

empreendedorismo social e econômico, o que acontece com a defesa das TIC's como a grande salvadora da qualidade do ensino no período da pandemia (SELIGMANN-SILVA, 2015). Essa lógica privatiza as responsabilidades, o que abre brecha para o adoecimento do trabalhador, reforça e estimula o aumento do desgaste mental (SELIGMANN-SILVA, 2011; 2015; FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo. Esse tipo de pesquisa possibilita a análise de peculiaridades de um determinado fenômeno, além de possibilitar a identificação da relação entre variáveis (GIL, 2009).

A entrevista foi realizada via plataforma digital de reunião a partir de roteiro semiestruturado e com duração de duas horas. Participaram da entrevista cinco profissionais da rede pública de ensino: duas professoras da Educação Infantil; uma Orientadora Educacional que atua em Creches e no Ensino Fundamental I; uma Secretária de Escola de Referência em Ensino Médio; e uma Coordenadora e Professora de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de cinco cidades do nordeste brasileiro.

Foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) aliada a uma leitura das entrevistas a partir dos referenciais teóricos já descritos nas seções anteriores. Para avaliação dos dados qualitativos, seguiram-se às três etapas propostas pela autora: pré-análise; exploração do material e a inferência/interpretação. Na pré-análise foram seguidos os seguintes direcionamentos: (1) Escuta Completa da Entrevista; (2) Transcrição completa da entrevista; (3) Leitura flutuante da transcrição; (4) Leitura exaustiva da transcrição. Desta forma, as transcrições foram (re)lidas exaustivamente, na qual foram coletados dados que serviram para etapa seguinte. Na etapa de

exploração do material, foram obtidas unidades de registro que foram analisadas exaustivamente e em seguida interpretadas.

No que se refere aos aspectos éticos, as participantes foram, previamente, informadas de que a participação seria voluntária. Em todo o processo foi resguardado o anonimato e sigilo das respostas, da imagem e voz das participantes de suas respectivas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista abordou três questões norteadoras: (1) panorama do cenário atual em que atuavam; (2) trabalho docente e a adaptação ao ensino remoto; (3) condições de trabalho docente e a saúde do educador. Devido ao sigilo em relação à identificação das participantes amenção às entrevistadas 1, 2, 3, 4 e 5 se darão utilizando-se as seguintes nomenclaturas: E1, E2, E3, E4 e E5.

Em relação ao perfil das entrevistadas, tratam-se de educadoras de cinco cidades do Nordeste brasileiro, sendo uma cidade de grande porte, duas de médio porte e duas de pequeno porte e interior, o que dá significativa diversidade para as análises aqui relatadas. Todas as educadoras são concursadas, além de atuarem nas redes públicas de ensino, municipal e estadual. Apesar disso, uma entrevistada, em específico, descreveu sua condição de instabilidade e medo por ser “dispensada” pela gestão educacional.

Apesar das nítidas diferenças entre os cenários educacionais de cada profissional, um ponto ressaltado por todas foi a dificuldade de lidar com a nova forma de ensino. A expressão utilizada por E4 foi “medo do novo” (sic), ressaltando o fato de haver profissionais que, por serem mais antigos, se recusam a atuar de forma remota por receio do uso da tecnologia. E1 destacou que o início das atividades nesse período foi “traumático” (sic) por diversos

motivos que convergem para o mesmo ponto: medo. Medo de ser contaminado, de perder alguém próximo e de perder o emprego, visto que, como já foi falado, muitos profissionais são contratados. Tal medo corrobora o que a literatura chama de “infodemia”, conceito tratado por cientistas sociais como um estado comum de excesso de informações, como uma pandemia de novidades, dentro de um cenário de crise sanitária (WHITACKER, 2020).

A diversidade no porte dos municípios dá uma peculiaridade à sua formação profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preconiza planos de formação e atuação profissional, porém esta acaba por não estabelecer padrões para que isso se efetive. A não vigilância, somada à ausência de controle social sobre a aplicação do legislado dificulta que sejam efetivamente operacionalizadas o que democraticamente se instituiu como lei. Desta forma, o que se percebe, tanto na elaboração formativa, quanto na prática docente, é a descentralização descontrolada de uma série de ações (MARIN, 2012).

Tal realidade se fez presente nas entrevistas quando mencionam a formação específica para a prática do ensino remoto e o aligeiramento desse processo, que não respeitou a adaptação e surpresa das docentes. Tal aligeiramento nos processos deixou de lado questões pertinentes ao debate docente, sustentando uma visão acrítica dos procedimentos e ações com vistas a se implementar a prática docente remota (GATTI, 2017). Marin (2012) também discute como um fator que pode atrapalhar a formação continuada docente a ideia de uma formação pela experiência de vida, atribuída principalmente a professores mais velhos e com mais tempo de atuação. Segundo a autora, esses sujeitos são menos propensos a participar de processos de formação continuada.

A insegurança e o medo referente à estabilidade (ou não) do vínculo trabalhista também foram relatadas pelas entrevistadas. Essa é uma problemática que precede o contexto da pandemia, mas é intensificada por

esse momento, o que pode ocasionar um aumento exponencial no desgaste mental desses trabalhadores, como pontua E1:

Quando veio a pandemia, o que foi que aconteceu? Primeiro veio o medo do contágio, veio o medo de perder alguém da família, aí veio o medo de perder o emprego, porque nós sabemos que muitos são contratados... E aí tem muitos contratados mesmo, que é contrato de um ano, então eles ficaram com medo né, também com isso tudo pesa ao professor (sic).

Os relatos também demonstram um número significativo de professores contratados, corroborando a precarização do trabalho:

...na minha escola nós temos uns 10 a 12 profissionais professores que não são concursados, são contratados e pra ser muito sincera é o prefeito que determina quem são as pessoas que vão ser contratadas, com a mudança de prefeito muda os professores, mudou prefeito, mudou professores (sic). (E5).

Cabe destacar a partir de escritos de Seligmann-Silva (2015) a constante sensação de instabilidade e insegurança na manutenção do emprego, o que acaba por reforçar comportamentos competitivos e de sofrimento aos trabalhadores. Tais processos são decorrentes da precarização do trabalho, compreendido em sua multiplicidade, transformando e interferindo no cotidiano destes profissionais. Apesar de todas serem estatutárias, relatam que há colegas que são contratados via vínculos instáveis, dentro de um contexto de perdas de direitos trabalhistas, como seguridade, horas extras e plano de saúde e auxílios (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2011; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Tal instabilidade foi relatada também como resultado da intensificação na duração da jornada de trabalho, almejando objetivos abusivos (SELIGMANN-SILVA, 2011). Essa mesma problemática também foi mencionada pelas educadoras na entrevista, na alteração da rotina para adaptar horários de atendimento aos pais. Como diz E3: “já chegou atividade pra mim às dez horas da noite”. Também extrapolando os dias letivos do

calendário escolar, no aumento da jornada de trabalho, relatado pela mesma educadora “hoje dia de sábado, dia de domingo e tu estás fazendo isso?”, ou na compra de equipamento para adequação das aulas, além dos gastos financeiros que aumentaram decorrentes do *home office*:

[...]não temos auxílio de nada, muitos professores assim como eu, tivemos que comprar um celular porque a maioria dos professores tá com celular travando como se fosse com vírus, desligando sozinhos... alguns professores tão com computadores quebrados, tendo que pegar emprestado[...] (sic). (E5).

A precarização do trabalho também se alinha ao que a literatura apresenta sobre desgaste mental e saúde do trabalhador: relatos de professores adoecidos, com sintomas de ansiedade, depressão e doenças psicossomáticas, as educadoras ainda informaram, que anteriormente à pandemia não apresentavam nenhum tipo de adoecimento. Esses aspectos se assemelham às proposições de Seligmann-Silva (2015) sobre o desgaste mental como fator determinante para o surgimento de psicopatologias do trabalho. Cabe destacar que as políticas e posicionamentos neoliberais promovem um olhar de fragilidade aos sujeitos que adoecem, desresponsabilizando as práticas abusivas de trabalho (BRASIL; CAPELLA, 2020; SELIGMANN-SILVA, 2015).

Infere-se, a partir das falas das educadoras, uma associação entre precarização e desgaste na atividade docente pública dentro de um modo organizacional denominado por Gaulejac (2007) como gerencialismo, que se volta para o controle excessivo gerencial do trabalho. A competição, o desempenho e a alta performance, levados à última consequência, resultam em formas patogênicas de saúde mental. Nesse contexto, vê-se que os educadores passaram a fazer além daquilo que estava dentro de suas atribuições, a fim de cumprir com as metas e os objetivos em nome de uma excelência que pudesse garantir o seu emprego, principalmente os colegas dos entrevistados, que são contratados. Tal zelo pela performance legitima um

pensamento objetivista, utilitarista, funcionalista e positivista (GAULEJAC, 2007) que, por sua vez, atribui às educadoras a representação do ser humano como recurso a serviço do emprego numa evidente defesa ao discurso da eficiência.

O Ensino Remoto, solução para a continuidade sem prejuízo do ano letivo, ocorre com atividades síncronas e assíncronas, baseando-se no uso de ferramentas digitais e utilização de TIC's. A utilização dessas ferramentas trouxe dificuldades no manuseio dessas tecnologias:

Uma das dificuldades que eu tive que enfrentar durante essas aulas remotas foi com a tecnologia, porque assim eu era muito acostumada, tudo que eu queria tinha uma pessoa pra fazer pra mim e depois assim você se vê diante de uma situação e você tá sozinho em casa, não tem nem um universitário pra ajudar, então você tem que ir à luta e tentar perder o medo e ir em frente e tentar fazer(sic). (E3)

Tais dificuldades, explicitadas nos relatos de todas as educadoras, se estendem também aos alunos, desde a falta de acesso a essas tecnologias digitais como no manuseio das mesmas. Nesse sentido, explicitam-se ainda mais as desigualdades existentes e a não universalidade do direito à educação a todos. Furlin (2020) corrobora a ideia, afirmando ser benéfica sua utilização nesse momento de pandemia, mas opondo-se a um projeto de segregação social, como um experimento para implantação do EAD e privatização de ensino.

Então, como pensar em estratégias que possibilitem o acesso, remotamente, e a transmissão de aulas para os grupos mais vulneráveis? Diante desse questionamento, foram observadas algumas estratégias desenvolvidas pelos municípios e estados estudados. Entre as estratégias usadas na primeira fase da pandemia (março a junho de 2020) estão a criação de aulas transmitidas por televisores em canais abertos, programas de entrega de atividades para discentes, seja na escola em dias determinados ou em domicílio, como a transmissão de aulas via rádio, que tem demonstrado efetividade em seu desenvolvimento:

[...] a gente vem desenvolvendo essas atividades através do rádio e aglutinamos os componentes curriculares... então na segunda a gente traz um tema social para se discutir e para se sensibilizar para semana, na terça vem o pessoal de humanas, então geografia, história, sociologia e todas as disciplinas que se localizam nesta área. Na quarta ciências naturais e exatas. Na quinta o pessoal de linguagem. E na sexta feira a gente faz um programa cultural. Trazendo a participação do estudante todos os dias, seus conhecimentos prévios, suas experiências para que eles se sintam realmente protagonistas desse processo. (sic) (E2).

Foram detectadas pelas docentes dificuldades de acesso e uso das ferramentas digitais e TIC's com crianças pequenas, com deficiência e alunos em maior vulnerabilidade. A realidade dos alunos que necessitam de atendimento especializado já é permeada por processos não inclusivos, tanto dentro de instituições públicas como privadas, contrariando o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o que resulta em grandes taxas de evasão escolar de pessoas com deficiências ou altas habilidades (MIRANDA & HASHIZUME, 2020).

Apesar do artigo 206 da Constituição Federal (1988) estabelecer a igualdade nas condições de acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais, a Política Nacional de Educação Inclusiva de 2008 ser garantidora de processos educativos especiais de articulação do ensino regular com as necessidades especiais de aprendizagem desses discentes e do artigo 208 da mesma constituição ser um importante marco na garantia desse direito, ainda se constituem como políticas insuficientes no subsídio do trabalho docente (MIRANDA & HASHIZUME, 2020).

Em tempos de distanciamento social e uso de tecnologias informacionais, tal garantia de acesso fica mais restrita, tendo em vista que esses alunos demandarem cuidados especiais na educação, já que não foram fomentadas discussões que possibilitassem a criação de políticas inclusivas nesse novo contexto, relegando mais uma vez esse público a segundo plano.

Apoio emocional e acompanhamento dos professores apareceram com maior frequência nos discursos analisados, representando necessidades tanto

individuais no que concerne às inseguranças emocionais trazidas pela adaptação forçada ao novo modo de produzir educação, quanto às necessidades voltadas à rede onde as docentes atuam.

Nesse sentido, as políticas de formação continuada se apresentariam como uma forma de amenizar o sofrimento profissional através de encaminhamentos advindos das organizações hierárquicas que permeiam o ambiente escolar (MARIN, 2012). Mas também através do debate coletivo sobre a condição em que esses docentes e a gestão educacional se encontram. Todavia, durante as entrevistas também foi percebido que algo escapa dessa formação oferecida, causando angústia e incômodo nos profissionais. Nesta perspectiva, Gatti (2017) afirma a importância de uma consciência de que a formação que está sendo oferecida pode não ser suficiente, permitindo-se reinventar e inovar dentro de tais práticas formativas.

Foi possível identificar, ainda, a necessidade de uma maior investigação subjetiva de como cada sujeito docente compreende as mudanças em suas atividades laborais e como lidam com as novas formas de flexibilização do mesmo.

Chiavegato e Navarro (2010) destacam que novos riscos do trabalho estão no campo da invisibilidade: para compreendê-los, é necessário resgatar as reestruturações, reengenharias, que têm fechado postos de trabalho, têm demitido massivamente e intensificado a atividade laboral. Parece-nos que suportar e ocultar a doença e o sofrimento imposto constituem estratégias de sobrevivência e resistência à exclusão do trabalho. A partir do desenvolvimento de tal resiliência, faz-se um debate sobre o bem-estar num contexto mais amplo em que o trabalhador é protagonista de sua história, exercendo a saúde como uma luta pela vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão possibilitou-nos compreender políticas públicas educacionais que amparam o trabalho docente e a universalização ao acesso à educação. No que se refere às Políticas Públicas, destacam-se a importância histórica associada às conquistas sociais e aos direitos educacionais. Entretanto, com o avanço de políticas neoliberais, os processos de educação passaram a sofrer fortes transformações, repercutindo na flexibilização e precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas. Assim, esses aspectos se destacaram durante a pandemia, decorrente de decretos e normativas que promoveram o uso de ferramentas digitais e TIC's para continuidade "sem prejuízo" do ano letivo. Contudo, a utilização dessas ferramentas acarretou aumento excessivo da carga horária de docentes.

Concernente às práticas e aos desafios, os relatos apresentaram questões como a utilização de ferramentas digitais e TIC's ao reinventar-se como educadoras, e no acesso a todos os discentes. Também foram evidenciados os desconfortos e as insatisfações em relação às condições atuais de trabalho, associadas à falta de equipamento de qualidade e às diretrizes que promovessem a qualidade de vida no trabalho. Os relatos refletem uma dificuldade muito grande no cumprimento da universalização da educação para todos, preconizada pelas leis brasileiras.

Portanto, tais condições de trabalho repercutiram fortemente no agravamento à saúde e no desgaste mental desses profissionais, conforme constatação na literatura analisada. Foram representados significativamente relatos sobre educadores adoecidos que apresentam sintomatologia de ansiedade, de fadiga e exaustão, vinculada às cobranças excessivas e ao excesso de trabalho remoto.

A referida pesquisa apresenta como limitação um recorte regional, apesar de serem questões comuns a outras localidades. Contudo, é necessário o reconhecimento e importância dos resultados obtidos, visto que os relatos apresentam perspectivas individuais e coletivas. Como sugestão para uma maior compreensão das temáticas apresentadas ao longo do texto, apontamos

a importância de novas pesquisas diante do cenário atual, para que esse fenômeno seja estudado de forma ampla, com o propósito de corroborar possíveis melhorias dessas condições.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Rumo à uberização do trabalho. In: STEFANO, Daniela, MENDONÇA, Maria Luisa. **Direitos Humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. 1ª Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 117-122.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENINI, Elcio Gustavo; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; ARAUJO, Carla B. Zandavalli M. Educação à distância: Configurações, políticas e contradições engendradas no trabalho docente. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 14 - Nº 29 - Jan./Abr. de 2015.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, p. 43, 2015.

BRASIL, Felipe; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Janelas escancaradas: o potencial da pandemia na mudança em Políticas Públicas. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.), **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 454-458.

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação**, Brasília: MEC, SEMESP, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, v. 134, n. 248, 1996.

CHIAVEGATO, Luiz Gonzaga; NAVARRO, Vera Lucia. A organização do trabalho em saúde em um contexto de precarização e avanço da ideologia gerencialista. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. (Orgs.), **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. 1ª Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p.89-104.

DANIELE, Priscila Toratti; HASHIZUME, Cristina Miyuki. Políticas de valorização docente: planos de carreira e valorização docente no grande ABC. In: HASHIZUME, Cristina Miyuki. **Trabalho docente e precarização nas relações laborais da educação: uma abordagem crítica**. Curitiba: Appris, 2020.

ENS, Romilda Teodora; GISI, Maria Lourdes; EYNG, Ana Maria; DONATO, Sueli Pereira. Políticas educacionais, regulação educativa e trabalho docente: representações sociais de professores iniciantes. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Vol 10, n. 22. 2013.

FCC (Fundação Carlos Chagas). INFORME Nº 3: PERCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA. **Educação escolar em tempos de Pandemia**. 2020. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-3?utm_source=mailpoet&utm_medium=email&utm_campaign=Informe+3
Acesso em: 20 de dez. de 2020.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 35, n. 122, 2010.

FURLIN, Neiva. Da educação presencial à educação remota: A experiência docente em tempos de Coronavírus. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.), **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p.683-686

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). USO DE INTERNET, TELEVISÃO E CELULAR NO BRASIL. **Educa IBGE**. 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 20 de dez. de 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. Em quarentena: 83% dos professores ainda se sentem despreparados para ensino virtual. **Instituto Península**, 2020. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/em-quarentena-83-dos-professores-ainda-se-sentem-despreparados-para-ensino-virtual-2/>. Acesso em 21 de dez. 2020.

LIMA, Átila de Menezes. Precarização docente, EaD e expansão do capital na educação: correlações com a portaria nº 343/2020 do MEC em virtude da pandemia do COVID-19. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.), **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

MARIN, Alda Junqueira. Ações políticas educacionais e impactos sobre o trabalho docente. **Perspectiva**, v. 30, n. 2, p. 657-681, 2012.

MATTHEWMAN, Steve; HUPPATZ, Kate. A sociology of Covid-19. **Journal of Sociology**, 2020.

MIRANDA, Claudia Junqueira; HASHIZUME, Cristina Miyuki. Políticas Públicas na educação inclusiva: Ensaio sobre as realidades nas escolas pública e privada. In: HASHIZUME, Cristina Miyuki. **Trabalho docente e precarização nas relações laborais da educação: uma abordagem crítica**. Curitiba: Appris, 2020. p. 113 -137.

MOREIRA, Fernanda Arantes; SILVA, Maria Vieira. Trabalho docente na esfera pública: controvérsias e vicissitudes sob a ótica dos sujeitos da educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 10, 2011.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas educacionais, formação de professores e mercado de trabalho: algumas inquietações. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 132. 2012.

OLIVEIRA, Jelson. Exclusão digital: É preciso democratizar a tecnologia. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (Orgs.), **Direitos Humanos no Brasil - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho de cuidado e empregos de cuidado para o futuro decente**. Trabalhos. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/-/dcomm/-/publ/documents/publication/wcms_633135.pdf. Acesso em: 20 de dez. de 2020.



e-ISSN: 2177-8183

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos. Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: Mudanças na práxis docente. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020.

SAVIANNI, Dermeval. A nova LDB: Limites e perspectivas. In: SAVIANNI, D. **A nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas**. 4ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos. **Revista Ciências do trabalho**, n. 4, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith; BERNARDO, Márcia Hespanhol; MAENO, Maria et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

SILVA, Andréa Villela Mafra. Tecnologias e Educação: o discurso da UNESCO. **Educação (UFSM)**, v. 44, p. 65-1-17, 2019.

WHITAKER, Robert; O impacto psicológico da pandemia: contra a patologização de nosso sofrimento. In: AMARANTE, Paulo; AMORIM, Annibal; SILVA, et al (Orgs.). **O enfrentamento do sofrimento psíquico na pandemia: diálogos sobre o acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados**. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2020.